



POLÍTICAS PÚBLICAS E MIGRAÇÃO: OS MIGRANTES HAITIANOS E A (IN)ACESSIBILIDADE AO DIREITO HUMANO À SAÚDE NO BRASIL¹

Bianca Ávila Dickel², Cláudia Marília França Lima Marques³, Janaína Machado Sturza⁴,

INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma forte tradição histórica de país receptivo à entrada de imigrantes, uma vez que sua formação cultural e social tem seus pilares na imigração de diversas nações. Portanto, a discussão a respeito dos entraves vivenciados pela parcela migrante não é recente, entretanto, também não se faz satisfatória, uma vez que são afligidos pela invisibilidade e marginalidade, tanto social quanto legislativa.

Portanto, a presente pesquisa tem por objetivo analisar o cotidiano dos migrantes haitianos no Brasil no que diz respeito aos seus direitos relacionados à saúde, bem como levantar reflexões a respeito da necessidade de promover este direito à população migrante, de forma a relacionar o Objetivo 3 da Agenda 2030 na construção destes tópicos. Assim, a pesquisa questiona: Os direitos humanos são plenamente garantidos e efetivados aos migrantes haitianos no Brasil?

METODOLOGIA

¹ Artigo produzido a partir do projeto Saúde e Trabalho: A Inclusão Social de Migrantes a partir dos marcos legais e das políticas públicas existentes no Brasil e na Itália, pertinente ao Edital CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021.

² Bolsista CNPq – Edital CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021, do projeto de pesquisa: Saúde e Trabalho: A Inclusão Social de Migrantes a partir dos marcos legais e das políticas públicas existentes no Brasil e na Itália. Graduada em Direito pela UNIJUI. E-mail: bianca.dickel@sou.unijui.edu.br

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUI), com bolsa integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, sob orientação da Professora Pós Doutora Janaína Machado Sturza. Especialista em Direito Civil pela Universidade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS. Especialista em Direito Penal pela Universidade Dom Alberto, Santa Cruz do Sul/RS. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta/RS. E-mail: claudia.franca@sou.unijui.edu.br.

⁴ Pós Doutora em Direito pela Unisinos e pela Tor Vergata - Itália. Doutora em Direito pela Universidade de Roma Tre/Itália. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Especialista em Demandas Sociais e Políticas Públicas também pela UNISC. Professora na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, lecionando na graduação em Direito e no Programa de pós-graduação em Direito - mestrado e doutorado. Integrante da Rede Iberoamericana de Direito Sanitário. Integrante do grupo de pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos (CNPq). Pesquisadora Gaúcha FAPERGS – PqG Edital N° 05/2019. Pesquisadora Universal CNPq - Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021. E-mail: janasturza@hotmail.com.



A partir da análise da problemática a ser desenvolvida, o método hipotético-dedutivo é o que melhor se encaixa na pesquisa, tendo em vista que a pesquisa elenca uma hipótese acerca (in)efetividade do direito humano à saúde dos migrantes haitianos. Sobre os métodos, a pesquisa contempla métodos bibliográficos. Nesse sentido, a pesquisa se inicia por meio da análise de referências teóricas já examinadas e divulgadas em formatos impressos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de websites. Sobre a pesquisa bibliográfica, Gil (2009) explica que é conduzida com base em materiais já existentes, predominantemente compostos por livros e artigos científicos. Embora a maioria dos estudos demande algum tipo de trabalho desta natureza, existem pesquisas que são desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas últimas três décadas, temos testemunhado no Brasil o surgimento de novas formas de migração internacional. Essas modalidades envolvem não apenas a emigração de brasileiros, mas também a imigração de estrangeiros, principalmente provenientes de outros países em desenvolvimento (Patarra, 2012). Um aspecto singular da última década foi a chegada dos chamados novos fluxos migratórios no Brasil, inicialmente originados de diferentes regiões do Sul Global e, nos últimos anos, com a consolidação dos imigrantes latino-americanos, liderados por haitianos e venezuelanos, que se tornaram as nacionalidades predominantes em termos de números no país (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

Sobre o fluxo migratório haitiano especificamente, observa-se que ocuparam a quinta posição entre as nacionalidades mais representativas nos dados do SINCRE, durante o período de 2000 a 2014. Os haitianos começaram a chegar em maior número ao país a partir de 2011, buscando refúgio das desigualdades, exploração, pobreza, carência de oportunidades de emprego, saneamento básico precário e infraestrutura urbana deficiente, situações que se agravaram com a devastação causada pelo terremoto em 2010 (Cavalcanti *et al.*, 2015).

A chegada de haitianos ao Brasil tem trazido à tona questões relevantes no âmbito dos Direitos Humanos. Dentre essas questões, destaca-se a necessidade de garantir o acesso à



saúde aos migrantes haitianos. Sobre migração e saúde Granada *et al.*, (2017, p. 189) explicam:

Ao longo do tempo, observa-se que os imigrantes são grupos particularmente vulneráveis a uma diversidade de fatores que determinam as suas condições de saúde. No plano internacional, diversas questões têm sido levantadas com relação às especificidades da condição dos imigrantes e às desvantagens cumulativas sofridas por essa população no acesso à saúde. Há uma importância crescente do tema da saúde na agenda da União Europeia e na defesa da igualdade de acesso aos serviços prestados e melhoria da sua qualidade. A relação entre saúde e migração ganha importância nas preocupações dos responsáveis políticos e dos investigadores que estudam a inserção e saúde dos imigrantes nos países de acolhimento.

Nesse sentido, Miyashiro (2018) argumenta que no que concerne aos serviços de saúde, para além das dificuldades no acesso enfrentadas pelos migrantes, especial atenção deve ser voltada à qualidade da assistência. Um contingente significativo de estudos aponta entraves na oferta de cuidados de saúde de qualidade, com destaque para: discriminação, intolerância cultural nas instituições, dificuldade em se estabelecer comunicação e relação adequadas devido à diversidade cultural e linguística. Outrossim, em um estudo realizado, Fernandes (2014) constatou que alguns haitianos demonstraram insatisfação em relação ao atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente devido à demora no atendimento. Essas queixas parecem estar relacionadas aos atendimentos em hospitais públicos, e a falta de uma rede de unidades básicas de saúde onde sejam oferecidos diversos programas de prevenção de doenças é percebida.

Dessa forma, em que pese seja obrigação do Estado garantir a saúde, nota-se que há um déficit muito grande na elaboração e execução de políticas públicas voltadas à saúde, fato que dificulta o acesso aos imigrantes. Sobre isso:

Por consequência, no campo sanitário, a inexistência ou ineficácia de políticas públicas de saúde ou, ainda, o seu dismantelamento, é fato que acarreta a fragmentação da dignidade humana dos migrantes e é potencial indicador de quanto a humanidade é humana ou desumana. Por isso, de acordo com os déficits estruturais do sistema de saúde brasileiro, observa-se que as políticas públicas sanitárias a serem implementadas/executadas no Brasil em prol dos migrantes que aqui vivem devem ser articuladas a partir do reconhecimento das demandas sociais vinculadas às problemáticas coletivas que pretendem combater (Sturza; Dutra; Martini, 2023, p. 85).

Verifica-se que o aumento do fluxo migratório para o país expôs uma série de fragilidades, inadequações nas políticas públicas e falta de preparo por parte das cidades,



governos e instituições envolvidas com os migrantes (Sturza, 2021). Assim, é essencial que sejam criadas políticas públicas que promovam a saúde aos migrantes haitianos, a fim de que essa população tenha acesso a uma qualidade de vida digna, visando o seu desenvolvimento humano e a sua existência plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto brasileiro, os deslocamentos humanos desencadeiam uma série de desafios, especialmente no que diz respeito à garantia dos direitos humanos dos migrantes, uma vez que o país não está adequadamente preparado para recebê-los e integrá-los à sociedade.

Nesse sentido, esses desafios se mostram evidentes quando analisamos a dificuldade de acesso à saúde por parte dos migrantes haitianos, que sofrem constantemente com a falta de amparo social e legislativo, especialmente no que tange o acesso digno e amplo à saúde. Além disso, o ato de migrar é indicado como importante fator de risco para doenças infectocontagiosas, devido à associação a riscos ambientais, ocupacionais, socioeconômicos e culturais, e também pela intensa exposição a inseguranças e iniquidades, demonstrando ainda mais a necessidade da garantia de tratamento de saúde aos migrantes.

Portanto, constata-se, até aqui, a urgência da criação e manutenção de mecanismos e políticas públicas eficientes para que a saúde se torne, de fato, um direito universal.

Palavras-chave: Fluxos Migratórios. Migrantes Haitianos. Direito Humano à Saúde. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia; DUTRA, Delia, **Relatório Anual 2015**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/relatorio_OBMIGRA_2015_final.pdf. Acesso em 13 jun. 2024.

CAVALCANTI, Leonardo OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bianca. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Observatório



das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

Disponível em:

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Relato%C3%81rio_Anuar_-_Completo.pdf. Acesso em 13 jun. 2024.

FERNANDES, Duval. **Projeto de estudos sobre imigração haitiana no Brasil, diálogo bi-lateral - relatório de pesquisa.** Puc Minas; 2014. Disponível em:

http://obs.org.br/cooperacao/download/34_7a099729afe2d4aaf109503e6daf3908. Acesso em: 13 jun. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GRANADA, Daniel; CARRENO, Ioná; RAMOS, Natália; RAMOS, Maria da Conceição Pereira. **Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana.**

Interface - Comunicação, Saúde, Educação, [S.L.], v. 21, n. 61, p. 285-296, jun.

2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/YFR5qB3Hxs9ZdYfVkbhrbGC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 13 jun. 2024.

MIYASHIRO, Camila. **Acesso aos serviços de saúde pelas populações migrantes: revisão sistemática.** 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35770>. Acesso em: 13 jun. 2024.

PATARRA, Neide Lopes. **O Brasil: País de imigração?** E-metropolis, Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, ano 3, n. 9, p. 8-18, 2012. Disponível em:

<http://emetropolis.net/artigo/64?name=o-brasil-pais-de-imigracao>. Acesso em 13 jun. 2024.

STURZA, Janaína Machado. **Saúde, gênero e inclusão social dos migrantes: propostas de diálogos ao encontro dos direitos humanos.** Santa Cruz do Sul: Essere Nel Mondo, 2021.

STURZA, Janaína Machado; DUTRA, Gabrielle Scola; MARTINI, Sandra Regina. **Direito à saúde e migração: uma aposta na fraternidade.** Blumenau: Editora Dom Modesto, 2023.